NOTÍCIAS CNTV VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15/Fev

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1681| 2017

Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis rejeita proposta patronal de reajuste abaixo da inflação

Em nova rodada de negociações, ocorrida nesta terça-feira (14), entre o Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e o Sindesp/RJ (patronal), os empresários apresentaram algumas contrapropostas. O Sindicato recusou na mesa de negociação a proposta de reajuste salarial apresentada pelo patronal.

Na reunião anterior os patrões ofereceram 4%, proposta rejeitada na mesa. Na reunião desta terça-feira, os patrões ofereceram o percentual irrisório de 2% e, novamente, foi recusado pelo Sindicato.

Já no vale alimentação o reajuste apresentado foi de 5%, sem redução no desconto do PAT. A proposta também foi recusada pelo sindicato.

Sobre o plano de saúde, tanto almejado pela categoria, os empresários apresentaram uma proposta de co-participação para um plano de saúde completo. O valor seria de R$ 110,00 sendo que 50% seriam custeados pelo vigilante.

Os Sindicatos dos Trabalhadores fizeram uma contraproposta para um plano de saúde ambulatorial no valor de R$ 59,90 sendo custeado 100% pela empresa. Os patrões ficaram de apresentar a proposição dos trabalhadores na próxima assembleia dos empresários.

A cesta básica de R$ 75 já garantida na Convenção Coletiva passará por ajustes no dispositivo da cláusula para que o pagamento seja iniciado.

As discussões sobre a reciclagem serão analisadas para a confecção de uma redação que atenda os empregados e empresas.

Os patrões ainda fizeram uma proposta de retirar o triênio para os novos contratados. Todos aqueles trabalhadores que já possuem o benefício manteriam o benefício. A proposta foi recusada pelo sindicato de imediato. Em contrapartida, o Sindicato apresentou a proposta de anuênio. Os empresários ficaram de analisar.

As dificuldades enfrentadas nas mesas de negociação são reflexo de um discurso de crise argumentado pelos empresários. Acontece que as empresas apresentaram lucros nos últimos anos. A mobilização da categoria é essencial para fortalecer o sindicato nas discussões. Assim que for agendada nova reunião, o Sindicato passará todas as informações.

Fonte: Imprensa SindVigPetrópolis

Patrões do Rio Grande do Sul vão confirmar nova proposta até quinta-feira (16)

Segunda reunião de negociação aconteceu na manhã desta terça-feira (14)

Atenção, vigilantes: semana que vem haverá assembleias, na capital e interior, em datas e locais a serem confirmados, para discussão da campanha salarial em andamento. A segunda reunião de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos vigilantes terminou na terça-feira (14), ao final da manhã, sem uma proposta oficial dos patrões para a categoria. Após muita discussão, a direção da entidade patronal (Sindesp) assumiu o compromisso de discutir com os donos das empresas e confirmar, até quinta-feira, a seguinte proposta:

– Salário mensal: R$ 1.408,00 ou R$ 6,40 a hora. Isto representa um reajuste de 5,75%, ou seja, 5,44% da inflação de fevereiro (INPC), mais o resíduo de 0,31% do ano passado.

Observação: de início, eles chegaram a propor a reposição da inflação (5,44%), mas com os 0,31% do ano passado já incluídos neste índice.

– Vale Alimentação: R$ 18,50 ou R$ 19.00.

Isto representa um reajuste de 6,44%, ou seja, 5,44% da inflação, mais o resíduo de 1% do ano passado.

– ASP: zero de reajuste e incorporação do risco de vida ao salário (10%).

ATENÇÃO: conforme foi dito, esta ainda não é uma proposta oficial, ela precisa ser confirmada pelos patrões quinta-feira, após assembleia das empresas.

Os patrões foram comunicados que a proposta apresentada semana passada, de apenas 3% de reajuste, foi rejeitada sem precisar de convocação de assembleia dos trabalhadores, de tão ridícula.

Eles insistiram muito que o momento é de crise, que estão acontecendo muitas demissões e há muita gente nas filas à espera de vagas de emprego.

Já os diretores dos sindicatos que estavam presentes responderam que a proposta patronal é muito baixa e que o setor da segurança privada teve um crescimento de 180% em dez anos, conforme levantamento do Dieese. Além disso, reforçaram que a cesta básica tem subido muito acima da inflação e Porto Alegre, que serve de referência para o Estado, tem uma das cestas mais caras do país.

Ao final, os sindicatos de vigilantes que participam da campanha unificada decidiram que vão todos convocar assembleias nas suas bases para discussão e mobilização da categoria. O Sindivigilantes do Sul fará assembleias na capital e interior, com datas e locais a serem confirmados até sexta-feira.

Participaram da negociação de hoje, além da direção do Sindivigilantes do Sul, dirigentes dos sindicatos de Pelotas, São Leopoldo, Lajeado e Novo Hamburgo. Também estavam presentes o assessor jurídico, Arthur Dias Filho, o técnico do DIEESE Ricardo Franzoi e dois dos integrantes da comissão de vigilantes eleitos na assembleia do sindicato, em dezembro, Leandro Benini e Rosane Schmitz.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Salário de janeiro é depositado e vigilantes do DF cancelam greve

Depois de toda a luta e mobilização empreitada pelo pela diretoria do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) em parceria com o deputado distrital Chico Vigilante, o GDF pagou na noite desta terça-feira o salário dos vigilantes que prestam serviço pelas empresas Ipanema e Brasília Segurança.

Os salários estavam atrasados desde o quinto dia útil de fevereiro. Os profissionais que ocupam postos em órgãos da Secretaria de Saúde deram um ultimato até a noite desta terça-feira para o depósito do pagamento.

"Como os vigilantes estão com dinheiro no bolso, não iremos parar as atividades", disse o deputado. É o quinto mês seguido que as empresas atrasam o pagamento dos trabalhadores da vigilância. Para o distrital, as empresas necessitam manter capital de giro para situações como esta em que o governo atrasa os repasses.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

Por pagamento, vigilantes terceirizados da PF paralisam serviço no DF

Funcionários protestam contra atraso de salários e ticket alimentação de janeiro. Sindicato diz que esta foi última medida após 'várias' conversas; MRJ não respondeu.

Vigilantes terceirizados protestam em frente ao prédio da Polícia Federal (Foto: Sindicato dos Vigilantes do DF/Arquivo pessoal)

O Vinte e sete vigilantes terceirizados que prestam serviço para a Polícia Federal de Brasília paralisaram as atividades nesta quarta-feira (15) reivindicando o pagamento de salário e ticket refeição referentes ao mês de janeiro.

O G1 entrou em contato com a empresa MRJ que presta esse serviço para a PF, mas não recebeu resposta até o momento da publicação dessa reportagem. O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal afirmou que a paralisação está sendo a última alternativa depois de já terem tentado uma intermediação junto à empresa.

Segundo o sindicato, a empresa não deposita o FGTS dos funcionários há quatro meses e alguns também não receberam o 13º salário de 2016. Outras irregularidades apontadas pelos vigilantes é que eles não receberam os coturnos, que fazem parte do uniforme dos funcionários, desde 2015, quando a empresa MRJ assumiu. Além disso, os funcionários dizem que o armamento e a munição usada por eles também não passa por manutenção desde essa data.

Fonte: G1

Bandidos explodem carro-forte e levam R$1,5 milhão no Sertão de PE

Veículo foi explodido nesta terça (14), na BR-232 em Terra Nova, no Sertão. Assaltantes estavam armados com fuzis e atiraram contra o carro-forte.

Bandidos usam dinamite para explodir carro-forte em Terra Nova (Foto: Divulgação / PRF)

Um carro-forte foi explodido nesta terça-feira (14), por volta das 14h20, na BR-232 a 100 metros da entrada do município de Terra Nova, no Sertão de Pernambuco. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), foi levado do carro-forte em torno de R$1,5 milhão. O dinheiro saiu do Banco do Brasil de Araripina e seguia com destino ao município de Salgueiro, também no Sertão pernambucano.

Ainda segundo a polícia, dois carros e de três a quatro motos interceptaram uma carreta, impedindo a passagem do carro-forte pela pista. Os assaltantes estavam fortemente armados com fuzis e atiraram contra o veículo. Os vigilantes desceram do carro-forte e fugiram pela caatinga. Ninguém ficou ferido.

Os bandidos usaram dinamite para explodir o veículo e conseguiram levar cerca de 1,5 milhão. Ninguém foi preso.

A PRF foi acionada e o carro-forte foi retirado da pista. O trânsito no local já foi liberado.

No dia 19 de janeiro, bandidos levaram mais de R$1 milhão após assalto a carro-forte na BR-232, próximo ao povoado de Guarani, Zona Rural de Terra Nova.

Fonte: G1

Governo quer greve de servidor regulamentada

Preocupação é evitar paralisação de serviços essenciais, como o de saúde. Movimento de policiais militares do Espírito Santo acendeu luz amarela no Planalto

O governo vai atuar no Congresso para regulamentar a lei de greve e tentar impedir a paralisação de serviços essenciais, que têm sido prejudicados por mobilizações das respectivas categorias. O anúncio foi feito ontem pelo presidente Michel Temer, que não informou, porém, quais setores serão contemplados. Uma das maiores preocupações do governo é com a saúde.

Inicialmente a ideia era enviar um projeto de lei, mas ganhou força a proposta de modificar projeto em tramitação no Senado, de autoria do líder do governo na Casa, Aloísio Nunes (PSDB-SP), relatado pelo líder do Executivo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR).

Em pronunciamento ontem no Palácio do Planalto, Temer afirmou que a decisão nada tem a ver com "a insurgência" dos policiais militares do Espírito Santo, uma vez que a sindicalização e a greve dos militares das Forças Armadas e dos policiais militares já são tratadas pela Constituição. O movimento, contudo, foi um dos motivos que levaram o governo a se preocupar com o assunto. Na avaliação do Planalto, muitos setores essenciais podem enfrentar greves, uma vez que várias categorias tendem a ficar sem reajustes salariais pelas restrições orçamentárias de estados e municípios.

Temer lembrou ainda que, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) já tenha se pronunciado em relação à proibição de greves em setores essenciais, não existe legislação regulamentando a questão. Em documento reservado de três páginas ao qual o Correio teve acesso, o governo cita a necessidade de o texto legal definir o conceito de greve no serviço público; fixar os procedimentos de negociação coletiva; impedir atos de coação; definir o número de pessoas que podem parar em serviços não essenciais; estabelecer punições se o trabalhador não voltar ao trabalho caso a greve seja julgada ilegal; e permitir a contratação de empresas para suprir serviços que deixam de ser oferecidos pelos funcionários parados.

José Pastore, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo (USP), ressalta que a Constituição prevê que funcionários públicos só podem fazer greve em determinadas situações. "Hoje, sem essas regras, temos paralisações em setores essenciais do serviço público como hospitais", observou.

O diretor do Sindicato dos Servidores Federais do Distrito Federal (Sindsep), Carlos Henrique Ferreira, afirmou que há uma "preocupação" sobre os pontos que, possivelmente, constarão do projeto de lei. Para ele, a obrigação de manter, por exemplo, 80% dos funcionários enfraqueceria as reivindicações. "Esperamos que haja uma negociação exaustiva", frisou.

Temer salientou que, "pela Constituição, certos serviços essenciais não podem ficar paralisados". O deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical, considera que é necessário criar uma regulamentação, mas disse que é preciso ter cuidado para não "proibir" o direito do funcionário de reivindicar. "Acho que há exageros. Algumas categorias acabam colocando a população como refém", destacou.

Fonte: Correio Braziliense

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF